

Operacionalizando sonhos... Tecendo realidades: Nação e Identidade no discurso de Gustavo Barroso.

Elyinaldo Gonçalves Dantas – Bacharel em História pelo UFRN e mestrando pela mesma Instituição no Programa de Pós Graduação em História:

Vânia Juçara da Silva (Co-Autora)-Licenciada em História pela UFRN

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo a análise da narrativa de Gustavo Barroso, no que concerne ao modo de como este pensa a Nação e a Identidade brasileira, a partir do primeiro capítulo, *Os Empréstimos da Monarquia*, da obra, *Brasil Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934)*. A construção da história da Nação brasileira ocupou lugar privilegiado no pensamento do integralista Gustavo Barroso, que buscou uma reinterpretação do passado nacional no intuito de legitimar o seu projeto ultranacionalista, centralizador e antissemita, apontando a perda dos valores nacionais e absorção das ideologias estrangeiras, como justificativas para a “crise generalizada brasileira”. Espaço povoado por desejos, sonhos, que idealiza uma nação, que constrói uma identidade.

Palavras-Chaves: Barroso – Identidade – Nação.

“Se eu fosse um antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas, sou um historiador, é por isso que amo a vida”. Marc Bloch (2001,p.65-66)

Introdução:

Perscrutando no debate intelectual dos anos 30 os percursos discursivos que se movem em direção a outros, entendemos que os discursos nunca estão sós, sempre atravessados por vozes que o antecederam e que mantêm com eles constantes diálogos, ora o legitimando-os, ora o confrontando-os, os discursos estão assim inseridos dentro de um campo de forças, de tensões e dinâmicas. O objeto de pesquisa aqui proposto é a análise do pensamento do intelectual Gustavo Barroso, no que concerne ao modo de como este pensa a Nação e a Identidade brasileira, a partir do capítulo intitulado, *Os Empréstimos da Monarquia*, da obra, *Brasil Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934)*, por entendermos que Barroso busca através de sua percepção do presente um passado que explicasse suas afirmações, seus sentimentos, encontrando assim na história dos empréstimos

nacionais, adquiridos durante o período monárquico, as raízes dos (seus) problemas no que concerne ao se pensar a Nação brasileira.

Sendo sua narrativa não simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta (Foucault, 1996), entendendo o pensamento de Barroso como sendo fruto de operações (Certeau, 2002), como prática que liga a ideia ao lugar de escrita segundo regras historicamente definidas, buscando entender também o que poderia estar ausente e que outros sentidos poderiam estar subentendidos, nessa determinada obra, pois entendemos que ao dizer algo estamos nos movendo dentro de um campo de forças, um jogo de tensões, de diálogos, de afastamentos e aproximações, de lutas e de disputas.

Na década de 1930, consolida-se por meio de variados intelectuais o esforço de se buscar as “verdadeiras origens” do Brasil e de sua identidade, as raízes nacionais, um projeto nacional que visava à inserção do país na modernidade, a procura de elementos constitutivos e originais da cultura e da sociedade brasileira, debate que vinha sendo realizado desde os fins do século XIX. Debate este que deve ser pensado como um campo de batalhas travadas não só entre armas e exércitos, mas pelo poder da narrativa, da enunciação. Entre esses intelectuais destaca-se Gustavo Barroso, advogado, professor, político, contista, folclorista, cronista, historiador, ensaísta e romancista, membro de várias instituições ligadas ao Estado, ligando-se a Ação Integralista Brasileira em 1933, logo se tornando Chefe das Milícias Integralistas, e um dos seus mais destacados ideólogos.

O Estado nacional e sua reestruturação são identificados de forma recorrente, na literatura do período, a partir da ênfase num nacionalismo e na defesa do papel do Estado como agente de unificação social, concepção organicista, visto que as partes são analisadas como contendo os elementos do todo, e elitista dado que o Estado se compõe da elite intelectual, únicos capazes de saber o que é melhor para a nação como um todo, e líderes “natural” (Oliveira, 2002, p.42-43). Encontrando influências em autores como Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, e nos acontecimentos de 1922, os germes dos seus debates, grosso modo: A Semana de Arte Moderna, a revolução tenentista, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e a criação do Centro D. Vital, de orientação católica ligada à revista “A Ordem” (Trindade, 1974, p. 33-34).

Os esforços de se pensar sobre o nacional e o ser nacional, através da crítica e da apresentação de projetos por uma elite letrada encontraram êxito graças à conjuntura mundial de crise econômica e ao desenvolvimento da indústria editorial brasileira, fazendo com que a relação autor e público ganhe novos intermediários (Oliveira, 2002, p.37). O próprio movimento de Vargas em 30 abriu espaço para um novo projeto político de centralização e de formação do Estado Nacional, colocando os intelectuais no papel central nesse encaminhamento, papel esse que gerou projetos muito diferenciados no que concerne principalmente na elaboração de um projeto que solucionasse os problemas políticos e de criação de uma nacionalidade. O impacto da guerra e a descrença no cosmopolitismo também propiciaram a busca da revalorização das “raízes” nacionais.

O problema de se pensar a nação fez emergir mecanismos de homogeneização que buscam uma centralização dos sentidos sobre o ser nacional: identidade nacional, cultura nacional, economia nacional etc. Mecanismos que buscam uma gramática e uma sintaxe para esse ser nacional, onde qualquer forma que discrepasse do projeto de um “rosto nacional” passaria a ser denunciado, perseguido e marginalizado. Como um discurso homogeneizador dos sentidos da nação, o nacionalismo busca controlar os sentimentos que unem e diferenciam determinados grupos entre si, sendo a construção da identidade nacional o resultado de tessituras diversas, nós que se cruzam, que vão costurando formas, ganhando dizibilidade e visibilidade, contornos que são definidos também pelas lacunas deixadas por esses nós.

O debate intelectual dos anos 30 revela a busca dessa elite em ordenar o espaço da nação, não só no do plano das ideias, mas também no plano político, onde o se pensar a Nação seria definir também seu próprio papel no cenário da política nacional. Nessa perspectiva, a formação de uma nova elite, capaz de organizar e dominar as massas, são também uma preocupação recorrente da época. Desta forma essa elite conservadora e autoritária que entendia que todos os problemas do Brasil seria fruto do liberalismo e da desvalorização das nossas raízes, faz o debate girar em torno dos temas Civilização versus Cultura, achando no positivismo um contributo importante para o se pensar o Estado e a identidade brasileira, pois através da análise documental seria possível saber verdadeiramente o que foi o passado, entendendo assim o presente e prever o futuro.

Dois grupos, com visões diferenciadas, passam então a travar um intenso debate em torno do que deveria ser a Nação brasileira, discursos que pensam a nação como uma homogeneidade e passam a lutar entre em si para lhe atribuir um sentido, uma imagem e um texto, que sejam a expressão de sua essência, de sua alma. De um lado os que entendiam como positivo as conquistas brasileiras a partir do contato com o mundo moderno e do outro de inspiração conservadora europeia busca uma recuperação das tradições nacionais, elegendo o comunismo e o liberalismo seus principais inimigos, buscando dessa forma no nacionalismo e no autoritarismo elementos bases para a construção da Nação brasileira, tema caro aos intelectuais ligados ao movimento integralista.

A Ação Integralista Brasileira, AIB, fundado em sete de outubro de 1932 por Plínio Salgado, surge da reunião de grupos de extrema direita, como a Ação Social Brasileira, o Partido Nacional Fascista, a Ação Imperial Pátrio-Novista, entre outros, nesse contexto de imprevisibilidade no terreno político, que foi a década de 1930, inserindo-se nesse debate sobre o que seria a brasilidade. Trazendo em seu amago características semelhantes aos dos partidos nazista e fascista, que ganhavam força na Europa, a AIB apresenta suas características peculiares, inerentes ao contexto brasileiro, mas com a mesma matriz ideológica dos partidos nazifascistas, grosso modo: partido único de massa, forte estrutura hierárquica, exacerbação dos valores nacionais, forte oposição aos princípios do liberalismo do comunismo e do socialismo, busca pelo domínio dos meios de comunicação, eliminação do pluralismo político, aniquilamento das oposições embasado na violência e no terror (Maio e Cytrynowicz, 2003).

Entre os aspectos globais que o integralismo absorveu em sua ideologia de construção de uma nação brasileira podemos observar a crença no Deus cristão, num Estado forte e antiliberal, as propostas de obediência cega ao chefe, à absoluta hierarquização da sociedade, a denúncia da falta de valores familiares e morais e no fato de socialmente não constituirmos uma nação, sobre a qual pairavam as manifestações “ameaçadoras” da ordem: o comunismo e o liberalismo.

Mas o integralismo não pode ser entendido como um movimento homogêneo, os principais ideólogos que deram corpo ao movimento integralista brasileiro foram Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, onde as diferenças ideológicas existentes entre os três permitiam diferentes pontos de adesão à AIB. Mas essas diferenças também geraram tensões dentro da própria organização

integralista, tensões estas que podem ser notadas na disputa por poder entre Plínio Salgado e Gustavo Barroso evidenciados em vários casos, se fazendo sentir particularmente na radicalidade do discurso antissemita de Barroso utilizado como instrumento de competição política com Plínio Salgado.

Nação e Identidade no capítulo, *Os Empréstimos da Monarquia*, do livro *Brasil Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934)*.

O pensar a história da Nação brasileira ocupou lugar privilegiado no pensamento de Gustavo Barroso, que buscou uma reinterpretação do passado nacional, promovendo o resgate das características “legitimamente” brasileiras, no intuito de legitimar o seu projeto ultranacionalista e centralizador, apontando a perda dos valores nacionais e a absorção das ideologias estrangeiras, como justificativas para a “crise brasileira”.

Espaço povoado por desejos, sonhos, realidades que são tecidas no calor do debate de sua época. Problematizar o que Barroso entende por espaço e identidade nacional é procurar desnaturalizar esses dois conceitos, atrelados entre em si, que comportam processos simbólicos¹ coletivos, determinados por relações de poder que sustentam um sentimento de pertencimento e lealdade entre os membros de uma nação, através do qual se evidenciam categorias que ligam o Estado a seus membros, e estes entre si, nação e identidade lidos como construções ou representações da realidade, como fenômenos seletivos no qual a afirmação de uma identidade nacional vincula-se a uma ideia de preservação e pertencimento. Desnaturalizar essas categorias é assim:

Estar atento para o conjunto de posicionamentos que cartografam e escandem um dado recorte espacial, que estabelecem e demarcam uma dada fronteira, que distribuem lugares e marcam dados territórios. É abordar as relações sociais, as relações de poder, as relações econômicas, as relações simbólicas, que definem dados posicionamentos e as demarcações espaciais, as posturas espaciais, que carregam e que tentam sacralizar. (Albuquerque, 2008, p.75).

O pesado discurso anticomunista (leia-se antissemita) de Barroso que entende o comunismo como fruto de um internacionalismo capaz de dissolver os ideais de pátria, sociedade e família permitiu sua posição marcante dentro das fileiras integralistas além de minimizar os efeitos de seu discurso racial, como dito

¹No sentido empregado por Pierre Bourdieu que define poder simbólico como um poder de construção da realidade, o qual dá um sentido imediato ao mundo social.

anteriormente o antissemitismo é uma de suas características mais peculiares, porém Gustavo Barroso fazia parte de um movimento que acreditava na ideia da integração racial, desta forma a solução encontrada em sua narrativa foi a camuflagem de seu pensamento racial em uma roupagem política. Além disso, o Integralismo deveria ser pensado como um movimento de exaltação dos valores nacionais não um simples mimetismo dos partidos nazifascistas transplantados para terras tupiniquins.

O antissemitismo é muito mais antigo do que o cristianismo. Nem foi criação deste. Porque o judaísmo foi o problema mais difícil e perigoso de todos os tempos, não como problema racial ou religioso; porém como problema político e econômico (Barroso, 1936, p.49).

Percebemos assim um esforço de Barroso em minimizar os efeitos de seu discurso racial, colocando-o em termos políticos e econômicos, esforço que se esconde silenciosamente para consolidar um lado interior e retirar dele algum benefício, no qual a mecânica de construção, e denúncia, do *Outro*, marca um processo de mão-dupla em que ao estabelecer esse *Outro*, o judeu, Barroso estabeleceria a si mesmo, aos seus anseios centralizador, autoritário e antissemita. Buscando na história dos empréstimos brasileiros vestígios de um passado, fatos escondidos nesses indícios, num momento em que ele observa se degradar os valores nacionais, seu pensamento constrói uma nação ontológica, e sua tarefa seria identificar o elemento gerador do princípio do fim da nação - a entrada do capital judaico em terras brasileiras a partir dos empréstimos adquiridos na monarquia.

O ano de publicação do livro, *Brasil Colônia de Banqueiros* em 1934, é revelador das dinâmicas e tensões dentro da própria AIB, pois nesse ano Barroso é designado chefe das milícias integralistas no Primeiro Congresso Integralista, posição na qual caberia a ele educar militarmente, pedagogicamente e moralmente as fileiras integralistas. Nessa posição Barroso agora dava um salto de ideólogo para uma forte liderança política-militar e com uma íntima relação com as bases de sua militância.

A Milícia se organiza em quatro seções: a primeira seção ocupa-se da correspondência, controle e da organização (estatística, efetivo, disciplina e justiça inquéritos e promoções); a segunda seção, do serviço de informações; a terceira seção, da instrução militar e elaboração dos planos de operações militares; e a quarta seção, do

setor de material e serviços. Portanto, a função da Milícia não é apenas de preparar os integralistas para os desfiles e a cultura física, mas desenvolver um verdadeiro treinamento militar, desde a instrução de “técnica, tática e moral” até a elaboração de planos de combate (Trindade, 1974, p.187).

Barroso passa a disputar com Plínio Salgado a liderança da AIB, num movimento reflexo de radicalização da sua narrativa antissemita assumida publicamente. A AIB, inspirando-se nos modelos fascistas, é dirigida por um chefe Nacional que representaria a síntese dos anseios de todos os integralistas, mas do que uma pessoa, ele é a encarnação da ideia integralista, o culto de sua personalidade põe o Chefe na posição entre chefe político e o chefe religioso, onde todo poder emanaria do Chefe e só em seu nome seria exercido, posição de destaque buscada por Barroso.

Em sua narrativa Barroso elabora uma explicação para a suposta crise da realidade brasileira, que seria em sua perspectiva, o fato dos bancos estrangeiros, controlados pelos judeus estarem levando o país à falência, não só econômica como moralmente. A ponte entre judaísmo e comunismo é construída pelo argumento de que o comunismo seria a etapa final da conspiração judaica, o auge de suas aspirações, cuja primeira etapa seria a implantação do capitalismo representado pelos bancos judaicos, que teriam a intenção de solapar e destruir a sociedade tradicional, de valores cristãos e espirituais. Pois à medida que o capitalismo intensificava a exploração sobre as massas trabalhadoras, aticaria o ódio entre as classes, preparando o advento da sociedade comunista.

Seu livro inicia com a seguinte epigrafe: “Trotsky e Rotschild marcam a amplitude das oscilações do espírito judaico; estes dois extremos abrangem toda a sociedade, toda a civilização do século XX” (Barroso,1936, p. 4). Trotsky intelectual marxista e revolucionário bolchevique de origem judia. A família Rothschild, de origem judia conhecida por suas atividades bancárias e financeiras. Barroso identifica nesses dois elementos a síntese da ação judaica, seriam ambos os símbolos máximos do mal, que necessitavam ser denunciados e combatidos pelo bem da Nação que passa a ter suas raízes buscadas na história, com uma visão teleológica, tendo uma origem e uma evolução que passa a ser racionalizada por Barroso a fim de entender o passado para se explicar o presente, e assim apontar

uma saída para o futuro, no qual ele seria o farol capaz de guiar o povo brasileiro rumo à salvação moral e espiritual.

O pensamento barrosiano gira em torno da ideia de que o país está ameaçado por “forças desagregadoras”, a saber: o Estado liberal democrático o comunismo e o judaísmo internacional, elementos, que segundo sua visão, estariam intrinsicamente ligados. Fatores estes que segundo seu raciocínio teriam o mesmo fim, destruir a nação, a família e a igreja. A partir da análise dos empréstimos brasileiros contraídos desde a independência, Barroso busca mostrar como se deu a implantação do capitalismo internacional no Brasil por meio dos Rothschild e denuncia suas motivações:

E passamos a um jugo pior: fomos transformados em colônia da casa bancária judaica Rotschild, em colônia do supercapitalismo internacional, que não tem pátria e como que obedece a leis secretas de aniquilamento de todos os povos.

Há uma grande documentação que prova isso. Em 1806, por exemplo, num documento escrito pelo seu próprio punho, Sismondi já denunciava o judaísmo como o disfarçado organizador das seitas anti-cristãs, das sociedades secretas, da derrubada dos tronos, do enriquecimento pela usura, com o fito de dominar o mundo.(Barroso, 1936, p.6)

A análise documental feita por Barroso se apoia no ideal positivista-empirista que acredita achar em suas fontes a verdade sobre os fatos, verdade essa que mal esconde seus anseios, autoritários, centralizador e antissemita. Nos “Protocolos dos Sábios de Sião” (traduzido e comentado por Barroso em 1936), texto em formato de uma ata, forjado em 1897, pela polícia secreta do Czar Nicolau II, que descrevia um suposto projeto de conspiração para que os judeus atingissem a dominação mundial, Barroso busca os argumentos de denuncia dos males de um “novo tipo de imperialismo” que seria manipulado pelos judeus, elemento “destruidor de todas as pátrias”, podemos assim notar a presença de uma leitura da nação barrosiana como um texto social ambivalente, construído a partir de uma lógica da diferença, entre o *eu*/Barroso e o *Outro*/o capitalismo judaico internacional.

E, enfim, em 1906, a formidável documentação dos chamados Protocolos dos sábios de Sião (...) veio confirmar ponto por ponto todos os libelos acusatórios anteriores. (...) Foi dentro desse imperialismo complexo; dentro da luta econômica de povos contra povos que germinou um novo imperialismo, inimigo de todos os povos. É que o capitalismo, na sua obra de infiltração internacional,

desnacionalizou-se; perdeu a idéia da pátria, tornando-se um destruidor de todas as pátrias (semitismo)(Barroso, 1936, p.8)

É no passado que a narrativa barrosiana busca encontrar os elementos que justifiquem suas prerrogativas antissemitas, no qual os judeus aparecem como uma espécie de parasita moralmente ameaçador do bom funcionamento do corpo nacional, sendo um dos traços definidores do discurso barrosiano, e integralista, a ideia de que as relações sociais são determinadas pelos fatos morais, baseado nos valores da revolução espiritual. Passado histórico, portanto seletivo, fruto da experiência e da percepção, no qual Barroso busca encontrar as explicações para solucionar os problemas de sua época.

Aqui salientamos o curioso paradoxo do problema da posição dos integralistas na busca pela especificidade do seu movimento frente aos seus congêneres europeus, embora Barroso procure salientar também essa busca pela diferenciação que residiria na maior dose de espiritualidade dos camisa-verde (Trindade, 1974, p.263), fica claro em sua organização narrativa a familiaridade com a ideologia praticada pelo Partido Nazista da Alemanha, formulada por Adolf Hitler, e adotada pelo governo da Alemanha de 1933 a 1945. A ameaça judia deveria ser assim combatida à maneira como outros povos teriam feito e que Hitler fazia durante a vigência de seu regime.

A própria Bíblia testemunha irretorquivelmente isso, no livro de Ester, quando Aman, ministro de Estado e responsável pela governação do país, diz ao rei Assuero: "Há um povo disperso nas províncias de teu reino que pratica novas leis e cerimônias, e que demais despreza as ordenações do rei". Eis porque Tibério os confinava no bandel de Porta Portese ou os despachava para Sardenha; porque o pretor Hispalus, no ano de 139 (Antes de Cristo!) severamente reprimia em Roma suas perturbações da ordem pública; porque Cláudio mandou fechar as sinagogas e bani-los da capital do Império; porque contra eles se convocou, na Espanha, o concílio de Elvira; porque o rei Visigodo Egica e o rei godo Wamba os expulsaram; porque o concílio de Toledo lhes proibiu os cargos públicos; porque o abade Pedro de Cluni se revoltava contra eles; porque os persas foram obrigados a destruí-los no século X e os califas a desterrá-los no século XI; porque os mouros de Espanha os chacinaram após a famosa conspiração de Halévy; porque o sultão Amurat II matou até o último dos comunistas que se tinham levantado contra seu pai, Maomé II, chefiados pelo judeu renegado Kemal Udbin; porque todos os historiadores bem informados lhes atribuem os manejos das forças secretas que tem desencadeado as revoluções modernas através do Iluminismo, da Buschenschaft, da Maçonaria, do movimento Haskala, etc.; e porque Hitler os guerreia.(Barroso, 1936, p.25-26)

Barroso busca em fatos históricos, construir imagens recorrentes de uma tradição, percorrendo na história de várias sociedades, em temporalidades variadas, desde antes de Cristo até o seu presente, embasar seu pensamento de denuncia do judeu, possibilitando a formação de uma identidade nacional, marcada pelo mito de origem, elaborando imagens puras através do apagamento de elementos indesejáveis, assim a tradição age em sua narrativa como estratégia de unificação entre um passado, às vezes mítico e um presente ativo para a construção de uma identidade nacional, uma versão do passado que deve se ligar ao presente e assim ratificá-lo.

No decorrer do capítulo Barroso busca analisar os empréstimos brasileiros no período monárquico no qual o “Império liberal possuiria autonomia jurídica, mas não possuía soberania econômica e tinha de proceder forçosamente como um simples particular.”(Barroso, 1936, p.38). No qual ele sujeito privilegiado, detentor da verdade dos fatos, deveria trazer a tona denunciado os riscos que a Nação vivenciava desde a entrada do capital judaico, ameaças que só seriam suprimidas pelas mãos dos integralistas, onde não por acaso ele seria já o líder militar e um dos principais ideólogos. O autor busca assim mostrar os lucros da casa Rothschild, onde “*a engrenagem que nos devia exonerar e escravizar entra em pleno funcionamento*”(Barroso, 1936, p.44).

Os empréstimos imperiais que se repetiam de década em década surgem com a diferença dum lustro ou pouco mais e se vão suceder quase anualmente. Estamos no meado do século XIX, em pleno apogeu do domínio judaico no mundo, através da finança internacional(Barroso, 1936, p. 44)

Na busca pela constituição da nacionalidade brasileira Barroso, busca um passado mítico repleto de tradições que representariam a verdadeira essência do brasileiro, identidade essa relacional, pois em sua narrativa Barroso constrói o *Outro* para se auto definir e definir a Nação brasileira, sendo esta seu reflexo, aderindo a uma fórmula que obedece a seguinte lógica: somos aquilo que não somos. A origem da identidade brasileira era entendida em sua percepção como uma síntese da fusão das três raças, a saber: o negro, o índio e o branco. No lado oposto do pensamento de Barroso estão os judeus.

(...) Segundo Renan, o que constitui uma nação é o casamento do homem com a terra. Só esse casamento produz a comunhão de interesses materiais e de sentimentos capaz de criar uma nação. Os judeus não realizam nunca esse casamento. Daí a eterna antinomia entre eles e qualquer Estado digno desse nome, e, portanto, com capacidade de reação que não permite gozem as vantagens do judaísmo sem os ônus dos outros habitantes, em vista do estatuto particular motivado pela religião que os livra em geral de várias coisas, como por exemplo o serviço militar. (Barroso, 1936, p.25).

A concepção de homem e de nação integra-se, no pensamento barrosiano, pelo casamento do homem com sua terra, com a valorização de suas raízes nacionais, sem a interferência das forças estrangeiras, colocadas como desagregadoras e representadas em sua estrutura narrativa pela figura do judeu, diretamente ligado ao comunismo, elemento *“transmutador dos valores morais”, um “açambarcador de economias privadas”, cuja finalidade histórica do integralismo seria modelar o homem, a sociedade, a nação, e a humanidade de uma maneira integral, a partir da inspiração cristã, na qual o homem deve ser medido por seu trabalho e seu sacrifício em favor da família, da pátria e da sociedade* (Barroso. 1936, p 209). Essa harmonia resultaria da organização hierárquica da sociedade, organizada pelo Estado Integral, que deveria ser liderado por ele, Gustavo Barroso, que combateria esses males. Sua mensagem é clara:

Durará isso para sempre? **Será esse o nosso trágico destino? Seremos servos humildes do judaísmo** capitalista de Rotschild ou escravos submissos do judaísmo comunista de Trotski, pontos extremos da oscilação do pêndulo judaico no mundo? **Ou encontraremos no fundo dá alma nacional aquele espírito imortal de catequizadores, descobridores, bandeirantes e guerreiros, único que nos poderá livrar de ambos os apocalipses? Desperta Brasil**, “adormecido eternamente em berço esplêndido”, desperta e caminha! **Já é tempo de fazeres retinir e retilintar as tuas algemas, amedrontando os que te vendem ainda e os que te têm comprado!**² (Grifo nosso).

O espaço nacional barrosiano é assim um algo já dado, um a priori, uma essência, com alma e valores próprios herdados primordialmente pelo elemento colonizador e civilizador branco, representado na figura do catequizador e do bandeirante, únicos capazes de salvar o Brasil do apocalipse judaico. Sua ideia sobre a espacialidade brasileira é em grande medida a sua própria projeção, onde podemos assim perceber os fios narrativos que tecem sua costura sobre o nacional,

²Idem, p.59-60

sendo a idealizada realidade brasileira entendida por Barroso apenas um objeto em relação a ele mesmo, sendo pura representação (Schopenhauer, 2001).

Os certos elementos essenciais que constituem qualquer objeto, no caso de Barroso seu entendimento por Nação e identidade, não são propriedades do objeto, mas sim do próprio sujeito que conhece. Sua ideia de nação é sua própria projeção em constante tensão com o (con)texto, isso é com a relação entre o texto e a situação em que ele ocorre dentro do texto, e com o conjunto de circunstâncias em que se produz a mensagem que se deseja emitir, seu lugar e tempo, racionalidade própria e do receptor que com sua narrativa dialoga.

A concepção de Nação e identidade nacional, por Gustavo Barroso, tem que ser lida como um discurso que busca unificar, operacionalizar, emoldurar, uma sociedade e uma espacialidade entendida por ele como fragmentada pela absorção dos valores liberais-comunista-capitalista-judaico. Espaço que fala mais dele próprio e de seus valores conservadores, autoritário, hierárquico, católico cristão, Nação/identidade afirmada como reação ao *Outro*, narrativa que mais fala de uma fragilidade do próprio significante, que vê seu mundo ameaçado por forças desagregadoras que parecem escapar-lhe do controle, realidade que tecida em suas linhas só apontam para um caminho, sua total destruição, fim esse que só não será concretizado com a implantação do Estado Integral, onde o tornar-se membro da nação requereria um disciplinamento do espírito com a respectiva eliminação das discrepâncias, papel pedagógico que caberia a ele.

Considerações finais

A partir da análise da narrativa de Gustavo Barroso podemos dizer que o espaço é uma construção, assim como a história, o que permite um constructo da identidade, sendo o espaço uma produção cultural e uma representação social, intimamente ligado ao poder, as representações culturais e à política. Nessa perspectiva Barroso busca em documentos do passado comprovar através de suas visões do presente o espaço nacional brasileiro, espaço esse, composto tanto com seus sonhos, valores e ideologias, quanto com camadas de rochas, conceitualizado e organizado a partir das suas visões de mundo, da sua experiência intelectual. Espaço, recortado de forma idealizada, abstração pessoal que transforma o espaço nacional, na visão, de Barroso, numa experiência emocional e espiritual.

Na composição narrativa barrosiana a denúncia do inimigo, o capitalismo internacional controlado pelos judeus, que levaria ao comunismo, encarnação do mal, legitimava a existência de uma força antagônica que seria organizada pelo Estado Integral, visão maniqueísta da história, entre o *Um* e o *Outro*, na qual seria indispensável constituir uma poderosa estrutura paramilitar onde as elites intelectuais, das quais Barroso seria um dos maiores expoentes dentro da AIB, deteriam o 'comando' e as camadas médias e populares não intelectualizadas constituiriam a 'tropa', não por acaso posição de líder de milícia que Barroso passou a ocupar em 1934.

Se inserindo no debate intelectual dos anos 1930, no qual atua como um dos expoentes do pensamento conservador antisemita, e onde busca se fixar como líder da Ação Integralista Brasileira, que lhe colocava em atrito com Plínio Salgado, líder máximo da AIB, Barroso se preocupa em minimizar os efeitos de seu discurso racial, colocando-o em termos políticos.

Procuramos assim problematizar os conceitos atrelados de nação e identidade em Gustavo Barroso a partir do primeiro capítulo, *Os Empréstimos da Monarquia* do seu livro *Brasil Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934)*, perscrutando para isso o campo de forças no qual ele está inserido, para desta forma obtermos questões relevantes sobre a natureza e a evolução das afetividades políticas sob o domínio do imaginário coletivo, sendo o político uma das maiores expressões da identidade coletiva, lugar de gestão da sociedade global, compreendendo como nossa, história, identidade e espacialidade são resultados de

construções diversas, sendo o real, fruto de tessituras várias, criação de práticas múltiplas, da operacionalização de sonhos, da geograficidade da história, no campo das ideias.

A obsessão de Barroso pelas origens dos fatos faz dele algo semelhante a um antiquário, buscando nas “raízes da alma nacional aquele espírito imortal de catequizadores, descobridores, bandeirantes e guerreiros, único que nos poderá livrar de ambos os apocalipses”. Percepção naturalizada da história, do binômio espaço-identidade, que cabe a nós historiadores dos espaços, como amantes da vida, perscrutar, a fim de entender como se tecem espacialidades que emergem na luta, na escrita, da adoção de posturas as mais diversas, espaços múltiplos, construções históricas fruto de tensões e dinâmicas, de operacionalizações de sonhos.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **“Zonas de Encrenca: algumas reflexões sobre poder e espaços”**. In: **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

BLOCH, Marc. **A história, os homens e o tempo**. In: **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001, p.65-66.

CERTEAU, Michel de. **'A operação historiográfica'**. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A Invenção do Cotidiano. I**. Petrópolis: Vozes, 1994. **“Práticas de espaço”**.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) USP, São Paulo.

_____. **“A América e o antiga-semitismo na visão integralista de Gustavo Barroso e de Plínio Salgado.”**.In **Ibéria Judaica: Roteiros da memória**. Rio de Janeiro: UERJ: Expressão e Cultura/São Paulo: Edusp, 1996.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano, v. 2: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Forense Universitária, 1997, 5ª edição.

_____, Michel. **A Ordem do Discurso**. ed. 5°. São Paulo: Loyola, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 2003. 7ª ed.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso**. Rio Janeiro: Imago, 1992.

_____, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. **A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 1938)**. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ORG). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção- O Brasil Republicano; v.2).

PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço**. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Luppi.2002. **“cultura e identidade nacional no Brasil do século XX**. In Gomes, Angela C.; Pandolfi, Dulce; Alberti, Verena(coord).**A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fonte.

_____, Lúcia Lippi. **A questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, p.42-43.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **“A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha”**. In: CECEÑA, Ana Esther. **Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 199-222.

RÉMOND, Réne **‘Do político’**. In: **Por uma história Política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ, 1996.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória. São Paulo**. Companhia das Letras,1996.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2001.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo, o Fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1974. p.33-34

VASCONCELOS, Gilberto. **Ideologia curupira: análise do discurso integralista**. São Paulo: Brasiliense,1979.

Fonte:

BARROSO, Gustavo. '**Os Empréstimos da Monarquia**'. In. **BRASIL – Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1936.